

ACONTECIMENTOS COTIDIANOS NA ESCOLA: Outros Olhares sobre as Práticas¹

Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes²

Resumo

Neste artigo coloco em análise questões relativas às microfísicas dos acontecimentos cotidianos da escola. É com o olhar curioso e investigativo que revejo e releio práticas pedagógicas da minha geração. Como resultado, destaca-se a descoberta de saberes cristalizados que dialogam com aqueles insurgidos contra os efeitos centralizadores de poder – relações de resistências. Trago a possibilidade de se tecer uma prática diferente na sala de aula, produto da invenção que arrisca linhas de fuga como resistência e insurgência à difusão de um único modelo de sociedade, questionando a relação que está posta de enquadramento e subserviência, relação de poder centralizador que avaliza um discurso considerado científico. A problematização e o questionamento das verdades produzidas têm o sentido de possibilitar a invenção de outras práticas num devir-revolucionário.

Palavras-chave: Escola. Subjetividade. Saberes. Devir-revolucionário.

EVERYDAY EVENTS AT SCHOOL: Other Looks at Practices

Abstract

In this article, I analyze the microphysics of the daily events of the school. It is with the curious and investigative look that I review and re-read pedagogical practices of my generation. As a result stands out the discovery of crystallized knowledge that dialogues with those insurgents against the centralizing effects of power - resisting relations. I bring the possibility of weaving a different practice in the classroom, product of the invention that risks escape lines as resistance and insurgency to the diffusion of a single model of society, questioning the relationship that is set of framing and subservience, centralizing power relationship which supports a discourse considered scientific. The problematization and questioning of the truths produced have the meaning of enabling the invention of other practices in a becoming-revolutionary.

Keywords: School. Subjectivity. Knowledges. Becoming-revolutionary.

¹O presente artigo foi inspirado num capítulo de minha dissertação de mestrado (FERNANDES, 2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ em 2010, sob a orientação da Prof.^a Dra. Estela Scheinvar.

²Doutora e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

João Cabral de Melo Neto (1979, p. 17)

Este artigo foi tecido entre muitas leituras, embasado por múltiplas discussões bibliográficas e uma história de vida. O lócus de suas observações é a escola, uma instituição social eivada de regras de conduta, normas de comportamento, regulamentos, regimentos, mas também local de resistência e de projetos criativos, que desestabilizam e descristalizam as rotinas, produzindo linhas de fuga e acontecimentos em seu dia a dia que requerem constantes reflexões sobre a convivência em grupo e muitas vezes estimulam novas regras e novos aprisionamentos.

A escola é uma das instituições sociais que tem questões específicas com o poder central, mas não é uma simples extensão deste poder. É uma das contribuições de Foucault para o estudo das relações de poder que se explicitam na escola, é sua observação de que o poder não intervém apenas de forma violenta, opressiva, mas, também, de maneira disciplinadora, normalizadora, o que não quer dizer que muitas destas práticas não conduzam à violência e opressão. Escola esta que (de) forma, é um projeto “exitoso” do liberalismo e neoliberalismo e demanda resistências que serão trazidas a este texto por histórias instituintes.

Para que um outro contexto social possa existir, com outras relações é também necessário que problematizemos as práticas. A escuta das subjetividades

tem trazido a meu trabalho de pesquisadora uma visão de como alunos, professores e profissionais da educação se relacionam com os regimes de verdades de uma época e como podem não só reproduzir tais regimes, mas reconstruí-los.

A polifonia das falas me é imprescindível, pois retrata diferentes saberes. E é através destes olhares díspares: inquietantes, provocadores, instigadores, acomodados, que vou tecendo minhas observações, refazendo as paisagens pré-estabelecidas, descobrindo outras formas de pensar o cotidiano, sob novas óticas e aí sim terei possibilidades de encontrar novos caminhos, novos atalhos para compartilhar com os profissionais de educação que buscam outras possibilidades de convivência na escola.

São as inúmeras possibilidades deste discurso que me encantam e me levam a diversas reflexões, e são as reflexões que prospectam possibilidades de outros caminhos, de ouvir de outra forma a fala de um aluno, de ouvir o que não é dito no silêncio de uma sala de aula, ou o que é expresso nas entre linhas do relato de um pai, minha escrita pretende sempre trazer resistências a práticas de controle social.

A Instituição Escola

A vigilância que se estabelece nas escolas antes mesmo que os estudantes cometam qualquer infração, essa impressão que o aluno tem de estar sendo observado a todo instante, essa opressão com normas e regras que estabelecem o que não pode ser feito, aponta uma sociedade do panoptismo³.

Esta instituição escola tem a finalidade primeira de fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens_ como bem define Foucault (2005) que dociliza os corpos para aceitar as regras do mercado de trabalho, controlando o

³Foucault (2005) fala-nos da ortopedia social como prática no contexto da sociedade disciplinar, trata-se de uma mecânica de poder, própria da idade do controle social. Coloca que Bentham apresentou de maneira precisa um modelo desta sociedade de ortopedia generalizada, o *Panopticon*. O poder disciplinar que se exerce tornando-se invisível impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Para Bentham, o poder devia ser visível e verificável. “O *Panopticon* é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 2004, p. 166).

tempo, o espaço, as atividades, tudo visando a formação da sociedade industrial. Pois, segundo Foucault, “é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário [...] que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho” (2005, p.116). E esta sociedade do sequestro do tempo dos homens para o trabalho, do corpo dos homens como força do trabalho, a partir de um poder econômico, político e judiciário, ganha palco nas instituições escolares. São as mentiras do sistema que se diz democrático, igualitário, são os cantos da sereia a hipnotizar as pessoas, porque são o oxigênio da sobrevivência da produção capitalista.

Daí a importância de se discutir com os profissionais da educação estas reflexões. Queremos reproduzir as verdades produzidas, as falácias, ou pretendemos nos perfilar ao lado dos que problematizam e questionam essas produções para poder jogar o jogo com alguma possibilidade de invenção?

Restará aos educadores o desempenho de uma inevitável missão normalizadora? Ou haverá na tradição do pensamento pedagógico uma lacuna do discurso científico e educacional que abrirá espaço para florescer outros ideais e outras práticas? Problematizo, transformando em questões, as afirmações feitas por Cunha (2003, p.466).

Barros retrata em palavras esse devir-revolucionário: “o que nos move é uma vontade de interferir que crie porosidade no que está endurecido” (2003. p. 2). E propõe uma pedagogia crítica que “requer a invenção de novos modos de pensamento e ação” (2003, p. 3 e 4). E corrobora com o meu pensamento, de que as lutas precisam se dar também em torno dos processos de subjetivação, contra as tecnologias do poder desta sociedade. “Lutas como resistência a esse aparato de técnicas e procedimentos desenvolvidos para conhecer, dirigir e controlar a vida subjetiva de cada um dos membros submetidos aos seus campos de ação” (2003, p4).

Deleuze e Guattari (1993) nos remetem a um devir democrático:

O atual não é o que somos, mas antes o que nos tornamos, o que estamos nos tornando, isto é, o Outro, nosso devir-outro. O presente ao contrário, é o que somos e, por isso mesmo, o que já deixamos de ser. Devemos distinguir não somente a parte do passado e a do

presente, mas, mais profundamente, a do presente e a atual. Não que o atual seja a prefiguração, mesmo utópica, de um porvir de nossa história, mas ele é o agora de nosso devir. [...] Um devir-revolucionário [...] Um devir-democrático que não se confunde com o que são os Estados de direito [...] um devir-grego [...] Diagnosticar os devires em cada presente que passa, é o que Nietzsche atribuía ao filósofo [...] Que devires nos atravessam hoje, que recaem na história, mas que dela não provêm, ou antes, que só vêm dela para dela sair? (1993, p.145, 146)

Tótoro (2006, p.250) nos lembra que “a potência de invenção das minorias está no devir, e não em um poder a ser alcançado, ou fixado, em uma ordem jurídica traduzida em direitos.”. Os modelos dominantes não constituem devires, devires são sempre minoritários: devir-criança, devir-mulher.

Aprender a Pensar

Trabalhei por mais de 20 anos nos cursos técnicos Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick (CEJE), em Nova Friburgo, município do estado de Rio de Janeiro, uma escola que tem uma história de lutas. Inicialmente como professora da disciplina “Economia e Mercado” e depois também como coordenadora dos cursos técnicos.

A programação curricular era muito teórica, havia cálculos a serem feitos sobre oferta e procura nos três setores da economia: primário (agropecuária), secundário (indústrias) e terciário (prestação de serviços/comércio). Aqueles jovens chegavam à escola vindos de uma jornada de trabalho de oito horas, por mais que eu animasse a aula, o assunto não parecia motivá-los. Então resolvi deixar o livro de lado e pensar num projeto de ensino que relacionasse aqueles assuntos ao cotidiano deles. Após dizer que trabalharíamos metade do tempo de nossas aulas com o jornal que eles trariam, discutindo qualquer reportagem que escolhessem, começamos nosso projeto.

Primeiramente, a cada turma, num instante inicial eu aprendia os assuntos que gostariam de debater. E, artesanalmente, ia tecendo fios que conectavam os

diferentes assuntos à economia. Até que eles próprios, apropriando-se de lógicas de pensamento, começassem a fazê-lo. Inicialmente, timidamente, arriscando suas conjecturas, e ao final do ano letivo já chegavam mostrando reportagens e trazendo o “economês” em seu vocabulário.

Uma emoção que se renovou por muitos anos. De uma das turmas ganhei uma placa que dizia: “Obrigado por você ter nos ensinado a pensar”. O agradecimento foi recíproco. Na contramão do que a escola apresenta criamos linhas de fuga. Para Deleuze, ‘fugir’ é um ato que nos conduz a um novo modo de vida. Enquanto ato de coragem, ‘fugir’ possui o sentido de romper com o que é estabelecido, visto que “As territorialidades são, pois, atravessadas, de um lado a outro, por linhas de fuga que dão prova da presença, nelas, de movimentos de desterritorialização e reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 91).”

“Um galo sozinho não tece uma manhã” - CIEP um sonho possível?

No dia-a-dia de minhas atividades enquanto gestora educacional quer na Coordenadoria Regional Serrana II, quer na revitalização dos CIEP’s, quer na coordenação do curso de Pedagogia da UCAM, quer na direção do colégio PROCREO e considerando os muitos anos de prática pedagógica, observo que qualquer Projeto Político Pedagógico das unidades escolares precisa ser avaliado para ser validado. E esta avaliação deve ser global, contínua e sistemática, competente, legítima e participativa, visando o autoconhecimento da escola e a tomada de decisão sobre encaminhamentos necessários.

Quando falo de avaliação me recordo com paixão do tempo em que fui diretora do CIEP Glauber Rocha, nos idos de 1985, quando buscávamos ainda referenciais teóricos, mas vivíamos intensamente a prática democrática das decisões coletivas, das discussões com diversos segmentos.

Em todas as reuniões pedagógicas lá estavam, além dos professores e direção, o pessoal de apoio, técnico-administrativo e pais interessados, o que permitia que fizéssemos avaliações constantes do trabalho desenvolvido, da proposta, da utilização espaço x tempo, enfim, daquele sonho pedagógico.

E foi no ventre do CIEP que forjamos e aprendemos juntos a construir uma escola de educação integral em horário integral.

Assim é ambicioso, mas não desarrazado, entender-se que o diretor do CIEP seja o líder de um processo ativo e participante de trabalho na escola e na comunidade. Que o professor orientador não seja um simples técnico, mas uma força estimuladora da melhoria do ensino. Que a cozinheira não seja apenas a pessoa que prepara a comida ou que os inspetores e funcionários não sejam aqueles que reprimam e vigiem, varram ou espanem seguindo rotinas inteiramente desvinculadas da ação educacional, mas que se tornem colaboradores do processo educativo. (RIBEIRO, 1986, p.48)

Os Conselhos de Classe eram realizados por turma, participavam todos os alunos e professores, direção e secretaria; foram momentos de registros brilhantes entre falas emocionadas e propostas advindas da simplicidade e da técnica, da experiência e da teoria. Todos despojados de suas armaduras, buscando com humildade analisar as situações descritas e encontrar saídas criativas e profícuas, foi numa destas ocasiões que criamos o Conselho Escola Comunidade.

Mas esta cumplicidade teve uma história, quando fui designada para a direção do CIEP coube a mim montar a equipe de trabalho, o que foi feito através de entrevistas com professores interessados, como o CIEP ainda estava em construção, nossas primeiras reuniões foram no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), um prédio ao lado do CIEP, essa foi nossa primeira parceria. Sentávamos no chão do pátio, formando um círculo e ali, entabulávamos longas discussões sobre educação, onde o diálogo era uma constante e desta maneira informal, éramos educadores, que através de discussões críticas, gestávamos a construção da escola prazerosa, que apontaria para a transformação das injustiças sociais, livre de preconceitos e discriminações, éramos sonhadores. Vale lembrar que a reativação do diálogo acompanha o processo dito de redemocratização dos anos 80.

O professor Darcy Ribeiro dizia que cada professor precisava conhecer o local de moradia de seus alunos, a realidade social de cada um, e foi assim que, antes de iniciarmos as aulas, subimos e descemos os morros dos arredores, como

arautos, anunciando essa nova escola. Meu coração aperta, meu peito dói, fico como se estivesse me asfixiando e meus olhos se marejam de lágrimas, quando me recordo da alegria da equipe em realizar este trabalho de construção de uma escola diferente e do pouco tempo de duração de nosso sonho.

Olhando além do livro de leitura/ Ele aprendeu a ler de um jeito novo./ Viu a vida dentro da cartilha/ E descobriu que a dança das vogais/ Que um dia esconderam no alfabeto/ Podia ser de todos, ser do povo [...] Aprendeu a soletrar a liberdade pelo nome/ E convocá-la a existir no mundo/ Como o poema real da poesia. (BRANDÃO, 1982)

Hoje fechando os olhos me vem à lembrança tantos rostinhos e, se tínhamos a pretensão de interferir positivamente naquelas estradas de vida, certamente a premissa em nossas vidas foi verdadeira, pois nos fizeram pessoas muito melhores. Aprendi a ouvir seus silêncios; a ler, em atitudes violentas, seus apelos; a gostar da cultura que me ensinaram: a Folia de Reis.

Construímos muitas parcerias com a Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, o Corpo de Bombeiros, o Movimento Negro, a Cinemática Glauber Rocha, a comunidade. Aos sábados a biblioteca ficava aberta, o Centro Médico também e a Animação Cultural⁴ fazia trabalhos com a comunidade. A quadra estava permanentemente ocupada com jogos, casamentos, aniversários...

Partícipes e Testemunhas da História de uma Geração

Quis a vida que eu e minha geração fôssemos partícipes e testemunhas da história em períodos de grande comoção. Estava presente ainda como normalista e universitária no regime dito de exceção (ditadura civil e militar) que dizimou sonhos e vidas de muitos de meus companheiros, com o discurso da necessidade de perseguição por conta de nossa luta em prol de uma pretensa igualdade social, que

⁴A animação cultural nos CIEP's constituía o elo integrador entre a escola e a cultura local, possibilitando a articulação entre a cultura e a educação. Eram profissionais comprometidos com a produção cultural comunitária que junto com os professores elaboravam ações e projetos de valorização da cultura local e ampliação dos horizontes culturais das comunidades. Sua atuação era interdisciplinar, transversal, multifacetada, devendo facilitar a percepção de que não existe saberes isolados, de que a compartimentalização do conhecimento é artificial.

era lida como perigosa à estabilidade a fim de justificar as atrocidades que foram cometidas, e teve a aprovação de parte de uma elite social deste país. Eram os idos das décadas de 1960 e 70.

Estávamos também na luta pela retomada e ampliação dos direitos sociais. Como sempre sonhadores, chegamos a imaginar que tínhamos conseguido acordar daquele pesadelo anterior, pois, presenciamos, e os acontecimentos não nos deixam mentir, tanto nos anos 80 como 90, a construção de uma teia de solidariedade que envolvia desde a retomada dos movimentos sociais organizados (sindicatos, associações de moradores) à mudanças nas legislações do país [LDB (1986); Constituição cidadã (1988)]. Essas práticas ditas democráticas se davam também nas microrrelações como uma onda sonora que reverbera um outro discurso social.

Vivenciamos nas décadas que se seguiram (2000 e 2010) muitos avanços tanto na área educacional (criação de creches públicas, políticas para universalização da Educação Básica, a criação do Sistema de Seleção Unificado (SISU), a criação do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para trabalhadores, a política das cotas para as universidades para alunos das escolas pública e negros...), como na área econômica (aumento real do salário mínimo, aumento do Produto Interno Bruto (PIB), que elevou o país a oitava colocação entre as maiores economias do mundo, redistribuição de renda através de políticas públicas como o Programa Bolsa Família, aumento de empregos formais, ascensão social de milhões de brasileiros que deixaram a linha da pobreza...), como na área da participação popular (efetivação dos Conselhos previstos na CF de 1988, realização de Conferências para discutir metas traçadas de avanço social ...). Mas todo esse período foi também regado com escândalos políticos, herança patrimonialista desde a vinda da coroa portuguesa para o Brasil em 1808.

Quis também a história que parte de minha geração estivesse presente ao desmonte desse tênue e frágil regime dito democrático, que ora agoniza (2018/19) em discursos fascistas apoiados por cerca de 55 milhões de eleitores. Este artigo possibilita recordar os tempos em que havia porosidade de ideias e em que

respirávamos possibilidades de avanços na construção de uma Gaia para a coletividade.

Considerações Finais

Quando estudante de Ciências Sociais da antiga Universidade do Estado da Guanabara, nos idos de 1972, não tive a oportunidade de estudar Foucault, mas, construí uma admiração por Descartes, por colocar em dúvida tudo o que constituía conteúdo do pensamento. Desde Descartes a dúvida entrou na história da Ciência e da Filosofia.

A dúvida é um ato intelectual, assim como romper o equilíbrio é um ato pedagógico, porque o homem só caminha porque corre o risco do desequilíbrio e impulsiona os pés para frente.

Na busca de um novo caminhar pedagógico -- onde o exercício de pensar a escola é também exercício de pensar a sociedade -- projetar os partícipes desta instituição social, dando-lhes a fala e a possibilidade de tecerem com suas histórias de vida a gestão de uma nova história, é um ato revolucionário.

Do direito de opor uma verdade sem poder a um poder sem verdade da sociedade grega, da Paidéia até a instituição da sociedade disciplinar, tendo como verdade saberes e poderes enraizados nas relações de produção, o homem busca a felicidade. Nesta procura entre verdades, poder, dominação, resistências temos infinitas possibilidades de articular o pensamento.

E nesta ciranda que circula por entre as dobras dos acontecimentos, nestas linhas de fuga que descontinuam as histórias, vou colhendo pistas para um devir-revolucionário que requer outros olhares sobre as práticas que atravessam os acontecimentos no cotidiano da escola.

Referências

BARROS, Maria Elizabeth de. **Por uma outra política das práticas pedagógicas.** 26ª reunião anual da ANPED. Poços de Caldas, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Poema Paulo Freire. **Lutar com a palavra.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A Escola contra a Família. Em: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynhia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2.** Vol. 1. 2. ed. Tradução de Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto; Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.

FERNANDES, Ângela Maria Gomes Ribeiro. **Microfísica da sala de aula: o cotidiano em análise.** 2010. 77f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MELO NETO. João Cabral. Tecendo a manhã. In: **Cabral** – antologia poética. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs.** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

TÓTORA, S. Democracia e Sociedade de Controle. Em: **Verve: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC-SP.** N 10. São Paulo: O Programa, 2006 – Semestral.